

Design, Ética e Sustentabilidade

Design, Ethics and Sustainability

Paola Beatriz May Rebollar, Doutora, Faculdade Cesusc.

paola.rebollar@gmail.com

Pery Roberto Segala de Medeiros, Doutor, Faculdade Cesusc.

psegala@gmail.com

Victor Barbosa do Carmo, Mestre, LabFSG/UFSC.

aratingaambiental@gmail.com

Resumo

Com este artigo busca-se analisar a relação entre sustentabilidade, ética e Design na melhoria da qualidade de vida da população. O conceito de sustentabilidade é amplo e apresenta diferentes dimensões. Dentre estas, a dimensão social é fundamental. Em função do grande impacto que a indústria da construção civil causa ao ambiente e à grande importância que os espaços interiores tem na vida das pessoas, Designers de Interiores podem reduzir os efeitos negativos de suas atividades e melhorar a qualidade do ambiente construído. Os espaços interiores devem ser utilizados e apreciados de forma multi-sensorial e multidimensional e devem ser projetados com base na ética e na sustentabilidade, permitindo que as todas as pessoas sejam capazes de acessar, compreender e participar das atividades com autonomia, segurança e conforto. Para que isto se concretize é necessário ampliar as discussões para que professores, estudantes e profissionais consigam superar as limitações estabelecidas pela conjuntura econômica e perceber seu papel diante das demandas complexas da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Design Inclusivo; Direitos Humanos; Design de Interiores

Abstract

This article seeks to analyze the relationship between sustainability, ethics and design in improving the quality of life of the population. The concept of sustainability is broad and presents different dimensions. Among these, the social dimension is fundamental. Due to the great impact that the construction industry has on the environment and the great importance that interior spaces have on people's lives, Interior Designers can reduce the negative effects of their activities and improve the quality of the built environment. The interior spaces should be used and appreciated in a multi-sensorial and multidimensional way and should be designed based on ethics and sustainability, allowing all people to be able to access, understand and participate in activities with autonomy, safety and comfort. For this to happen, it is necessary to broaden the discussions so that teachers, students and professionals can overcome the limitations established by the economic conjuncture and realize their role in the complex demands of contemporary society.

Keywords: Inclusive Design; Human rights; Interior Design

1. Introdução

A sociedade contemporânea enfrenta diferentes problemas e crises. Existem os riscos e incertezas provocados pelas economias mundializadas. É possível destacar ainda a profunda desigualdade territorial e social que promove a exclusão de povos inteiros, bem como, de minorias étnicas e grupos específicos dentro de cada sociedade, como por exemplo, os portadores de necessidades especiais. E de grande importância para todos, destaca-se ainda a degradação ambiental provocada pelos sistemas produtivos e pela ocupação humana em todos os continentes. Momentos de crise provocam instabilidades e inseguranças, mas por outro lado, promovem a discussão e implantação de estratégias que em outras circunstâncias seriam consideradas apenas utopias.

Na lógica de construir estratégias frente a complexa crise contemporânea, já há algumas décadas se fala em ecodesenvolvimento e sustentabilidade. Apesar da imensa diversidade de acepções que tais expressões podem assumir em função daqueles que as utilizam se aceita que fazem parte do raciocínio que as envolvem, os aspectos ecológicos, econômicos e sociais relacionados ao uso dos recursos naturais. A análise das pesquisas e experiências aplicadas nesta direção no campo do Design permite afirmar que, dentre os aspectos mencionados, as questões ecológicas e econômicas são enfatizadas enquanto os temas sociais ficam em segundo plano (MOXON, 2012; PAPANNEK, 2014; ROAF et.al., 2009).

Diversos pesquisadores como Cernea (1986), Friedmann (1996) e Sachs (2009) enfatizam que este posicionamento dos aspectos sociais envolvidos no ecodesenvolvimento e na sustentabilidade é arriscado. As pessoas vem em primeiro lugar por diferentes motivos, como pelo fato de que a conservação tem relação direta com o bem-estar humano nesta e nas próximas gerações e porque o caos social pode ocorrer antes e de forma mais intensa do que o caos ecológico afetando a vida de todos em curto e médio prazo.

O Design vem aos poucos incorporando estas lógicas, mas também enfatizando aspectos ecológicos e econômicos e, em segundo plano, os aspectos sociais. Apesar da existência de diversos profissionais e empresas com trabalhos centrados na sustentabilidade, nesta área do conhecimento ainda predomina de forma contundente o desconhecimento e a confusão teórica no que se refere à questão da sustentabilidade. Por isso, é importante a discussão desta temática nas instituições de ensino, entre professores, profissionais e estudantes.

Este artigo busca analisar teoricamente a relação entre sustentabilidade, ética e Design na construção do desenvolvimento, entendido como melhoria da qualidade de vida da maioria da população. Para tanto, o texto está organizado em cinco sessões além desta introdução. Na segunda parte é apresentada a argumentação que enfatiza a relevância de considerar em primeiro plano os aspectos sociais da sustentabilidade. Na terceira parte destaca-se o papel do Design enquanto promotor (ou não) de processos sustentáveis, especialmente no que se refere a qualidade do ambiente construído. Na quarta sessão discute-se a necessidade e as características centrais de uma postura ética no Design voltado ao atendimento das demandas relacionadas a sustentabilidade. Na quinta parte aponta-se as aproximações possíveis entre sustentabilidade social, ética e o trabalho do Designer, especialmente no que se refere aos espaços interiores. Na sessão de considerações finais retoma-se a proposta apresentada nesta introdução acerca da importância das discussões destes temas entre professores, alunos e profissionais na busca por uma ampliação dos efeitos do Design enquanto promotor do desenvolvimento na sociedade contemporânea.

2. Sustentabilidade Social

Conforme destacado por Sachs (2009), os conceitos de desenvolvimento (melhoria de qualidade de vida de uma sociedade) e direitos humanos passaram a ser utilizados com mais frequência após o período das Guerras Mundiais. Nesta época, em diferentes continentes, as populações e os sistemas políticos estavam comprometidos com a superação das dificuldades infringidas pelas guerras e pela depressão econômica, bem como, em superar as ideias que haviam levado os diferentes países aos embates. Estes conceitos foram utilizados ainda como fundamentos do sistema das Nações Unidas e como subsídios para e impulsionar os processos de descolonização.

As discussões voltadas para as questões ambientais são mais recentes e remontam a década de 1970. Neste período, já existiam algumas pesquisas assinalando os efeitos nocivos do avanço da produção industrial em larga escala. Mas o marco definitivo para o surgimento da onda da conscientização ambiental foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1972 da qual resultou o tão falado Relatório Brundtland. A partir de então, pesquisadores de diferentes continentes passaram a apontar elementos relevantes para a promoção do equilíbrio entre ecologia, economia e sociedade.

Neste contexto, alguns pesquisadores buscaram destacar a relevância de considerar as pessoas em primeiro lugar (CERNEA, 1986; FRIEDMANN, 1996; SACHS, 2009). A argumentação de tais pesquisadores, as restrições econômicas e ecológicas afetam positivamente os países desenvolvidos, mas apresentam alto potencial de impactos negativos nas populações carentes dos países subdesenvolvidos. Além disso, destaca-se a cruel realidade de que pessoas famintas ou privadas de seus direitos humanos básicos, como liberdade, autonomia e autodeterminação, tem pouca ou nenhuma motivação para se preocupar com o equilíbrio ambiental. Nas palavras de Michael Cernea (1986, p.56) “os povos tem prioridade máxima”.

Sachs (2009) destaca que a sustentabilidade, enquanto projeto nacional ou supranacional, só pode ser alcançada em um processo histórico de apropriação universal da totalidade dos direitos humanos, individuais e coletivos. Este processo deve incluir direitos políticos, cívicos, civis, sociais, econômicos, culturais, bem como, os direitos coletivos ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à cidade equilibrada (BOBBIO e LAFER, 1994). Esta apropriação de direitos fornece as bases para um novo contrato social que deve ser honrado pelos Estados. Nesta perspectiva o desenvolvimento seria a “expansão das forças produtivas da sociedade com o objetivo de alcançar os direitos pelos de cidadania para toda a população” e somente depois disso seria possível discutir e agir na direção da sustentabilidade (FRIEDMANN, 1996, p.166).

A integração entre sustentabilidade e desenvolvimento concerne tanto às pessoas que nos são contemporâneas como também às gerações futuras (KOTHARI, 1998). Ou seja, este novo modelo de relações sociais, econômicas e ecológicas apresenta o imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras (SACHS, 2009).

Estabelecidos os critérios para alcançar a sustentabilidade social (a saber, o acesso aos direitos humanos), é possível pensar na forma de alcançar a sustentabilidade econômica e ecológica. Enquanto espécie inteligente e com ampla capacidade de adaptação, os humanos devem ser capazes de criar uma economia de permanência, ou seja, um sistema de alocação e transformação de recursos naturais baseado na satisfação das verdadeiras necessidades

humanas, limitado pela compreensão dos processos e temporalidades ecológicas (DALY, 2004).

Diante disso, entende-se que a sustentabilidade baseia-se em alguns critérios conforme enunciado por Sachs (2009, p.85-86):

- a) “Social: alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
- b) Cultural: mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional e endógeno; autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
- c) Ecológica preservação do potencial do capital natural na produção de recursos renováveis; limitação do uso de recursos não renováveis.
- d) Territorial: configurações urbanas e rurais balanceadas; melhoria do ambiente urbano.
- e) Política: democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; nível razoável de coesão social”.

3. O Poder do Design

O Design é um campo do conhecimento associado à necessidade de encontrar a ordem no caos, ou seja, de descobrir o sistema subjacente ao caos. As pessoas apresentam uma tendência em buscar um significado e um padrão a todas as coisas do mundo que parecem arbitrárias e confusas.

No Design este processo de encontrar ou descobrir a ordem é realizado de forma experimental aplicando estratégias intelectuais associadas a intuição e percepção. Os Designers procuram satisfazer as necessidades físicas e psicológicas de seus clientes e dos usuários dos espaços projetados através do seu trabalho. “Um Designer é um ser humano que tenta atravessar a ponte estreita entre a ordem e o caos, a liberdade e o niilismo, entre realizações passadas e possibilidades futuras” (PAPANÉK, 2014, p.10).

Para poder desempenhar o que se espera de seu trabalho, o Designer precisa desenvolver um conjunto complexo de habilidades e competências, tais como a capacidade para investigar organizar e inovar; para descobrir as respostas aos problemas dos clientes e usuários; para associar considerações técnicas e preocupações relacionadas aos fatores sociais e da harmonia estética; para prever as consequências ambientais, ecológicas econômicas e políticas provocadas pelo seu trabalho (PAPANÉK, 2014).

No quadro de crise, já mencionado na sessão anterior, é possível perceber que tanto o Design quanto a Arquitetura tiveram suas contribuições. Basta analisar a configuração hostil e exclusiva das cidades, para que seja possível perceber que os ideais socialistas e capitalistas promovidos pelas principais escolas, de levar o Design a todas as camadas sociais se deterioraram e transformaram-se em símbolos da desigualdade social e do afastamento da natureza (BURDEK, 2010). Hoje, a poluição urbana, a pobreza, a insegurança e a falta de liberdade são comuns nos espaços urbanos em muitos lugares do mundo.

As sociedades que enfrentam tais problemas precisam urgentemente de novas e radicais abordagens do Design e da Arquitetura. Em função do grande impacto que a indústria da

construção civil causa ao ambiente e à grande importância que os espaços interiores na vida das pessoas, Designers e Arquitetos podem, de fato, reduzir os efeitos negativos de suas atividades e melhorar consideravelmente a qualidade do ambiente construído, numa perspectiva que englobe os três elementos da sustentabilidade. Do ponto de vista social é possível pensar na diversidade humana e cultural no momento de projetar. Do ponto de vista ecológico é possível assumir um compromisso na especificação de materiais e métodos construtivos de baixo impacto ambiental. Por fim, do ponto de vista econômico é possível reduzir custos aproveitando, pelo menos, as especificidades bioclimáticas locais (ROAF et.al., 2009).

Os Designers de Interiores trabalham, principalmente, no estoque de edificações que foram projetadas sem preocupações inclusivas ou ambientais e, por isso, encontram-se na situação de lidar com o principal problema do ambiente construído. Suas propostas de renovação dos espaços podem proporcionar um aproveitamento universal e um aumento considerável no nível de eficiência energética, de aproveitamento de água e de desempenho térmico das edificações (MOXON, 2012).

O Designer pode e deve atuar também como um professor porque está em posição de informar e influenciar o cliente seja este um governo, uma empresa privada ou indivíduos. No quadro atual de confusão sobre as questões ambientais e a sustentabilidade é ainda mais importante que os Designers ajudem a orientar as intervenções tornando-as mais humanas e naturais. Mas para isto, é necessário que estes profissionais consigam ampliar seus próprios conhecimentos e reorientar seus modos de trabalhar.

4. A Ética no Design

O contexto econômico mundial e nacional ao qual o Design está submetido não favorece nem a preocupação com a universalidade social nem o comprometimento com as questões ecológicas. A intensa competitividade entre empresas e profissionais, a ênfase do mercado em atender as elites, a busca pela inovação, ainda que incremental ou constituída de deformações do aspecto ou da função, leva a um processo de conformação com a busca obsessiva por dinheiro e reconhecimento.

Por outro lado, quando os projetos de Design se constituem de estratégias simples, de fácil compreensão, possíveis de uso e conservação duradouros, e são intervenções benignas à sociedade e ao ambiente informam e educam clientes, usuários e a sociedade. Quando o Designer cria tendo em mente a harmonia e o equilíbrio trabalhando para o bem dos membros mais fracos dos grupos sociais, enfrentando as consequências de suas intervenções e aceitando as responsabilidades sociais e morais do seu trabalho, promove uma atividade que reforma a própria sociedade (PAPANNEK, 2014).

Para que este segundo cenário seja o foco dos projetos de Design é necessário enfatizar a responsabilidade ética e social na busca de um modo de vida sustentável e harmonioso. A atitude ética no Design tem início com a conscientização sobre a intenção do Designer e sobre o uso do espaço criado. Ao exercer a atividade aquilo que se faz dá forma ao que pretendemos para a sociedade.

O primeiro passo nesta direção está relacionado ao reconhecimento dos dilemas éticos da profissão de Designer. Esta reflexão não é fácil. Os processos educativos relacionados ao Design são divisivos, por um lado são ensinados e aprendidos aspectos tecnológicos como

Design assistido por computador (CAD), materiais e processos contemporâneos e, por outro lado, estimula-se o senso artístico conduzindo, às vezes, a uma estética irresponsável. Diante dessa educação desorientadora e da estrutura social contemporânea cuja medida de sucesso é a quantidade de dinheiro que um profissional é capaz de acumular, como refletir sobre a ética no Design?

Papanek (2014, p.66) aponta algumas considerações que podem auxiliar na reflexão sobre a ética no Design:

- a) “Irá o Design ajudar significativamente na sustentabilidade ambiental?”
- b) Poderá facilitar a vida de algum grupo marginalizado pela sociedade?
- c) Poderá aliviar a dor?
- d) Ajuda aqueles que são pobres ou privados de seus direitos por algum motivo?
- e) Pode salvar recursos insubstituíveis?”

Respostas positivas não garantem uma postura totalmente ética no Design, mas nos ajuda a compreender melhor os desafios e ajustar nossas ações para vencê-los.

É importante não confundir ética profissional com a ética do Design. A ética profissional se constitui de regras que algum grupo ou organização profissional estabelece para proteger suas áreas de atuação, reduzir a competição entre seus membros e proteger o grupo de investigações e críticas públicas.

Já a ética no Design é a base filosófica para seja possível fazer as escolhas morais e de valores necessárias para o desenvolvimento dos projetos. As decisões morais ocorrem quando se é capaz de identificar a existência de um dilema e pesar conscientemente as alternativas. As decisões entre alternativas serão embasadas nos valores que, muitas vezes, provém de crenças e posturas pessoais e coletivas. Outro aspecto a ser considerado são as conseqüências das decisões no que se refere aos aspectos sociais, ecológicos e econômicos. Este processo de enfrentar dilemas e tomar decisões permeia o cotidiano de todas as pessoas. Mas, no campo do Design tais procedimentos são complexos e desconcertantes (PAPANEK, 2014).

Inicialmente, pode-se acreditar que diante de um trabalho que apresenta um dilema ético, como um trabalho heterodoxo ou ofensivo, existem apenas duas alternativas: aceitar de forma relutante ou rejeitar a proposta imediatamente informando ao cliente as razões psicológicas, éticas e os valores morais implicados. Ambas as alternativas levam a mesma conseqüência que é a concretização do trabalho (pelo próprio Designer com problemas de consciência ou por seus concorrentes).

Papanek (2014) apresenta uma saída para esta situação recorrendo a uma abordagem de sentido duplo. É possível executar o trabalho e, paralelamente, buscar uma alternativa que apela ao interesse esclarecido do cliente, do público-alvo e à geração de publicidade ou de uma imagem social favorável que um escolhas inclusivas e ecológicas podem proporcionar. Esta estratégia é arriscada e nem sempre funciona. É arriscada porque implica em um volume de trabalho considerável na pesquisa e desenvolvimento de alternativas que pode nunca ser remunerado. Nem sempre funciona porque alguns clientes simplesmente não se importam ou não compreendem a urgência de uma nova ética relacionada à sustentabilidade social, econômica e ecológica. Porém, se houver sucesso a diferença deste trabalho na sociedade é imensa. Mobilizar esforços e provocar mudanças em qualquer escala é o papel social do Designer diante da complexidade do mundo atual. Mesmo no caso de não haver sucesso adquire-se (muita) experiência e autoestima.

“tenho uma crença irracional nas virtudes da inteligência e do otimismo. Ela diz-me que apesar de algum embotamento da sensibilidade moral estar associado a comercialização do Design, somente quanto se tratam as pessoas com sordidez é que elas reagem também desse modo. Sem nunca perdermos de vista as mais elevadas aspirações de uma pessoa, o nosso desenvolvimento espiritual aumenta e é enriquecido.” (PAPANEK, 2014, p.81).

5. Design para Todos

As famílias contemporâneas nascem, vivem e morrem predominantemente em espaços interiores. Tais espaços espelham cada um dos aspectos das nossas vidas e influenciam nossas percepções e estados de espírito para enfrentar os desafios diários. A relação entre as pessoas e os espaços de habitação e trabalho ocorre até mesmo no nível fisiológico, promovendo ou restringindo a produção de hormônios como a serotonina e a melatonina. Por isso, projetar espaços adequados para todos é tão relevante socialmente.

Hoje, em função de diversas conjunturas e dos meios de comunicação de massa, as pessoas percebem o mundo, principalmente, através da visão. Em função disso, os projetos são construídos e executados para atender a este sentido predominante. Esta característica exclui uma grande quantidade de pessoas: aquelas que não possuem o sentido da visão ou que apresentam este sentido debilitado em função da idade, de doenças congênitas ou adquiridas, pessoas com estatura muito reduzida ou muito exacerbada que observam os espaços sob outro ponto de vista etc.

O foco central da discussão sobre o tema da integração social diz respeito à busca de estratégias para eliminar as barreiras que promovem a exclusão. Os espaços interiores podem ou não favorecer o processo de inclusão de todas as pessoas com necessidades especiais. As referidas necessidades especiais se expressam nas mais variadas formas, permanentes ou temporárias, físico-motoras, visuais, auditivas, cognitivas. Por isso, as estratégias necessárias para proporcionar a inclusão de todos devem ser também amplas e variadas.

A legislação brasileira e seu conjunto de normas técnicas possuem uma tradição de amplitude. Da mesma forma, a norma que trata do tema da acessibilidade é ampla e apresenta estratégias para atender as mais variadas necessidades especiais. Porém, sua aplicação ainda é restrita e, muitas vezes, só ocorre após intervenção judicial.

Os espaços interiores devem ser utilizados e apreciados de forma multi-sensorial e multidimensional. As pessoas são dotadas de cinco sentidos, possuem nervos sensoriais que indicam a posição e o movimento do corpo em relação a um espaço, possuem receptores termomusculares que registram calor e frio e apresentam reações musculares visíveis e involuntárias aos mais diferentes estímulos.

Logo um ambiente projetado para todos tem que ir muito além da impressão visual. As condições de iluminação natural ou artificial, as sensações provocadas pelo que sentimos sob os nossos pés ao caminhar, as sensações táteis em toda superfície do corpo, o olfato, as reações musculares a espaços grandes e pequenos, os sons e ritmos e a geometria dos espaços precisam ser pensados nos projetos que visam incluir os usuários e promover sensações de bem-estar, alegria e conforto (PAPANEK, 2014).

A função do Designer é apresentar opções para as pessoas. Estas opções devem ser reais e significativas permitindo que as pessoas sejam capazes de acessar, compreender e

participar das atividades que ocorrem em determinado espaço com autonomia, segurança e conforto (DISCHINGER e BINS ELY, 2012).

Os deficientes físicos constituem um dos grupos de pessoas dentro da sociedade que apresentam demandas específicas que podem ser atendidas pelo Design. No Brasil, a norma técnica ABNT 9050/2015 apresenta uma série importante de elementos que precisam ser levados em consideração na elaboração de projetos capazes de atender a este público.

Os idosos são outro grupo social que apresenta necessidades específicas e são insuficientemente atendidos pelos Designers. Esta faixa da população aumenta constantemente e apresenta recursos financeiros suficientes para sobreviver e, às vezes, para financiar os projetos de Design.

Os bebês e as crianças pequenas tem igualmente necessidades específicas que apesar de temporárias, não são menos restritivas e importantes. Por fim, é relevante destacar que há um grande número de situações de doença de incapacidade física temporárias em que pode ser útil a intervenção do Design.

Obviamente, os requisitos que precisam ser compreendidos pelos profissionais do Design para que os projetos de fato atendam às inúmeras demandas específicas são complexos. Por isso, é muito difícil para um Designer sozinho ou mesmo em parceria com os colegas compreender claramente toda esta complexidade. Esta conjuntura implica na necessidade de trabalhar em equipe com profissionais de diferentes áreas e, principalmente, conhecer e dar voz ao público alvo.

A inclusão das mais variadas condições humanas no conjunto de preocupações relacionadas ao Design é um importante passo para a ampliação do acesso aos direitos por parte de todos os cidadãos. Segundo Araujo (1994) e Guimarães (1995), o investimento em acessibilidade é uma maneira de garantir o direito de ir e vir com segurança e autonomia a uma expressiva parcela da sociedade, possibilitando seu fortalecimento social, político e econômico. A constituição brasileira prevê a igualdade de tratamento entre todos os cidadãos. Somente nestas condições as pessoas obterão condições de liberdade, autonomia e autodeterminação que permitem o desenvolvimento de todo seu potencial, caminhando na direção da sustentabilidade no aspecto social.

6. Considerações Finais

Existem poucas dúvidas sobre a crise mundial que enfrentamos atualmente. Esta crise tem relação com aspectos econômicos, sociais e ecológicos. Para contornar esta crise é necessário repensar estas três dimensões dentro de um modelo de desenvolvimento que favoreça as pessoas, respeite os limites ecológicos e garanta um dinamismo econômico, talvez em escala territorial ao invés de mundial.

Para encontrar este novo modelo de desenvolvimento é relevante que cada pessoa individualmente procure examinar qual a contribuição que cada um pode dar em função da sua atividade na sociedade. É necessário assumir um compromisso enquanto professores universitários, estudantes e profissionais de encontrar uma forma de colaborar com a superação do padrão de desenvolvimento excludente e degradante no qual todos estão inseridos agora. Mais especificamente, é fundamental discutir como o ensino do Design poderia ajudar a superar o erros do passado que conduziram à situação atual.

Nenhum projeto de Design está isolado. Tudo o que se faz aqui em Florianópolis, na Dinamarca ou no Zimbábue tem conseqüências sociais, ecológicas e econômicas que, em última instância, afetam a todos. Por isso, é importante discutir e avaliar estas conseqüências em fóruns comuns como este congresso, por exemplo.

Os espaços interiores precisam estar em harmonia com as pessoas que vivem neles ou os utilizam em alguma medida, bem como, com a natureza e com a cultura. Uma boa medida, já que ainda existe muita confusão e falta de informação sobre os requisitos de sustentabilidade em todas as suas dimensões, poderia ser basear as decisões de projeto na premissa de não prejudicar as pessoas e o ambiente.

Esta pesquisa teve um caráter exploratório e teórico. Tem relação com a contextualização necessária para a implantação de um projeto de pesquisa e extensão em desenvolvimento na Faculdade Cesusc vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores. Neste sentido, este texto visou integrar diferentes construções teóricas na análise dos elementos de sustentabilidade social permeados por posturas éticas que permitem o atendimento das demandas de diferentes setores da sociedade através de projetos de Design. O ineditismo deste artigo se refere a construção deste raciocínio especificamente na área do Design de Interiores que, desde o início da sua expansão no Brasil, vem atendendo predominantemente as camadas mais favorecidas da sociedade. Apesar disso, o Design apresenta alto potencial de contribuição com todas as camadas sociais porque possui um conjunto de conhecimentos técnicos e estéticos que podem melhorar a qualidade do ambiente construído e, conseqüentemente, a qualidade de vida daqueles que os utilizam. Para que isto se concretize é necessário ampliar as discussões teóricas e metodológicas integrando conhecimentos de diferentes áreas para que professores, estudantes e profissionais consigam superar as limitações estabelecidas pela conjuntura econômica e perceber seu papel diante das demandas complexas da sociedade contemporânea.

Referências

- ABNT NBR. Associação Brasileira de Normas Técnicas. *Norma Brasileira 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. 148p.
- DISCHINGER, M.; BINS ELY, V.H.M.; PIARDI, S.M.D.G. *Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos*. Florianópolis: MPSC, 2012. 56p.
- BÜRDEK, B.E. *Design: história, teoria e prática do design de produtos*. São Paulo: Blücher, 2010. 267p.
- CERNEA, M. Putting people first: sociological variables. *Rural Development*, v.1, p.23-66, 1986.
- DALY, H.E. Crescimento Sustentável? Não, obrigado. *Ambiente e Sociedade*, v. 7, p. 197-201, 2004.
- FRIEDMANN, J. Rethinking poverty: empowerment and citizen rights. *International Social Science Journal*, v. 148, p. 161-172, 1996 .
- MOXON, S. *Sustentabilidade no Design de Interiores*. Barcelona, Espanha: Editorial Gustavo Gili, 2012. 192p.